

**Região já recebeu cerca de R\$ 1,2 bi de repasse do ICMS**

# Região já recebeu cerca de R\$ 1,2 bi de repasse do ICMS

Valor é referente aos seis primeiros meses; quantia é 7,2% maior do que o volume enviado pelo governo do Estado no mesmo período de 2021

**DANIEL TOSSATO**  
danieltoossato@dgbabc.com.br

Os sete municípios do Grande ABC receberam, de janeiro até o último dia 10 de junho, aproximadamente de R\$ 1,2 bilhão por meio do repasse de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) realizado pelo governo do Estado, conforme dados levantados pelo **Diário**. O valor é 7,23% maior do que o enviado à região no mesmo período do ano passado.

Conforme o coordenador do Observatório Econômico da Universidade Metodista

de São Paulo, Sandro Maskio, o aumento, ainda que tímido, não significa o fim do impacto causado pela pandemia da Covi-19 no setor de serviços. Ao contrário disso, sem contar a inflação, que varia nos 10%, o valor pode trazer preocupação, já que a maior parte das cidades têm no repasse do ICMS parte importante da receita.

Dos municípios da região, São Bernardo foi a cidade que mais teve retorno do ICMS repassado pelo governo do Estado. Segundo os dados disponibilizados pela Secretaria da Fazenda do Palácio dos Bandeirantes, até o

último dia 10 de junho, quando foi realizado o último aporte, a cidade havia sido beneficiada com R\$ 437 milhões. No mesmo período do ano passado, o valor enviado a São Bernardo pela gestão tucana no Estado foi de R\$ 379 milhões.

Já a cidade de Santo André recebeu, até agora, R\$ 212 milhões da cota-parte do imposto estadual. No ano passado, o montante foi de R\$ 203 milhões no período compreendido entre janeiro e a segunda semana de junho. No caso de Santo André, o aumento nominal, ou seja, sem contar o impacto



**COTA-PARTE.** Montante enviado à região é maior do que em 2021

da inflação, foi de 4,7%.

Ainda segundo o economista, o ICMS é uma das fontes de recursos mais importantes para os municípios, o que pode causar alerta caso haja queda na arrecadação e na redistribuição da cota-parte do tributo.

No Grande ABC, apenas São Caetano recebeu valor menor em relação ao ano passado: até agora, ingressaram no cofre municipal R\$

151 milhões, ante os R\$ 156 milhões registrados no mesmo período do ano passado – entre janeiro e o dia 10 de junho.

Mauá e Diadema também receberam valores maiores na comparação com os recursos de ICMS enviados em 2021. O Estado repassou aos municípios R\$ 173 milhões e R\$ 145 milhões, respectivamente. Ribeirão Pires teve acesso a R\$ 30 milhões, en-

quanto Rio Grande da Serra obteve R\$ 5 milhões.

## COMO FUNCIONA?

Conforme Maskio, o cálculo para que o município receba a cota-parte do ICMS envolve diversas variáveis. O economista lembra que apenas 25% do que é arrecadado é devolvido aos municípios, enquanto os outros 75% ficam com o Estado que recolhe o tributo.

“O cálculo da cota-parte do total de ICMS arrecadado a ser destinado a cada município do Estado envolve diversas variáveis, como participação de cada um no valor adicionado do Estado, dados demográficos, percentual de áreas de manancial e preservação ambiental nos municípios, entre outros. O efeito da alteração do ICMS sobre o bolo arrecadado pelo imposto terá maior impacto aos municípios com participação na cota-parte do ICMS maior”, avaliou Sandro Maskio.

O Palácio dos Bandeirantes devolveu, por meio da cota-parte do ICMS, a todos os 645 municípios do Estado de São Paulo, R\$ 16,58 bilhões, somente nos cinco primeiros meses de 2022.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política **Página:** 3